



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS III
CURSO DE PEDAGOGIA**

MARIA AMELIA RIBEIRO DA SILVA

**AS IMPLICAÇÕES DA FORMAÇÃO DOCENTE NA DICOTOMIA
ENTRE EDUCAR E CUIDAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**GUARABIRA – PB
2016**

MARIA AMELIA RIBEIRO DA SILVA

**AS IMPLICAÇÕES DA FORMAÇÃO DOCENTE NA DICOTOMIA
ENTRE EDUCAR E CUIDAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – Campus III – Guarabira, em cumprimento dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia sob a orientação da professora Ms. Emília Cristina Ferreira de Barros.

GUARABIRA - PB

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586i Silva, Maria Amelia Ribeiro da
As implicações da formação docente na dicotomia do educar e
cuidar na Educação Infantil [manuscrito] / Maria Amelia Ribeiro
Da Silva. - 2016.
28 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2016.
"Orientação: Emília Cristina Ferreira de Barros,
Departamento de educação".

1. Educar. 2. Professor. 3. Formação Docente. I. Título.
21. ed. CDD 371.12

MARIA AMELIA RIBEIRO DA SILVA

**AS IMPLICAÇÕES DA FORMAÇÃO DOCENTE NA DICOTOMIA
ENTRE EDUCAR E CUIDAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Aprovado em: 25/02/2016

BANCA EXAMINADORA

Emília Cristina Ferreira de Barros.

Orientador: Prof.^a Ms. Emília Cristina Ferreira Barros
Orientadora

Vanusa Valério dos Santos.

Prof.^a Esp. Vanusa Valério dos Santos
Examinadora

Mônica de Fátima Guedes de Oliveira

Prof.^a Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira
Examinadora

GUARABIRA - PB
2016

Dedico aos meus familiares, ao meu filho José Vinícios Ribeiro da Silva e aos meus professores, pessoas que fazem a diferença na minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar oportunidade para que eu conseguisse realizar esse trabalho, pois sem Ele nada seria concluído.

Aos meus familiares, em especial minha mãe Maria de Lourdes, que sempre fez de tudo para que eu realizasse meus sonhos, pelo carinho e cuidado que sempre me dedicou. Ao meu filho, que mesmo pequeno sempre me entendia ao ficar em casa com sua vovó para que eu pudesse frequentar o curso.

Aos meus irmãos, primos, primas, e ao esposo da minha mãe Antônio Laurentino, por considerá-lo meu pai. Os quais sempre acreditaram no meu sonho.

Aos meus avos maternos pela atenção, em especial minha amada avó Maria de Jesus, por todo amor e dedicação que sempre teve comigo.

Ao meu esposo Antônio Carlos, pela paciência que sempre teve comigo, enquanto me dedicava ao curso.

Aos meus professores que contribuíram em nome da academia na formação que sempre busquei e continuarei buscando.

Aos meus verdadeiros amigos que sempre estiveram comigo desde o início do curso: Juliete Silva e Jailson Paulino. Obrigado pelo carinho que sempre tiveram comigo, com vocês aprendi o valor de uma amizade verdadeira.

. Aos meus colegas da turma 2011.1, pelos anos que vivenciamos juntos, aprendi muito com todos, e levarei comigo a lembrança de cada um. Agradeço também a minha orientadora Prof^a. Emília Cristina Ferreira Barros.

Agradeço a Vanusa Valério e Mônica Guedes na banca examinadora, pela contribuição dada ao meu trabalho.

Sumário

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 9 |
| 2. O SURGIMENTO DO SENTIMENTO DE INFÂNCIA | 10 |
| 3. A INFÂNCIA NO BRASIL: ALGUMAS CONCEPÇÕES | 13 |
| 4. DISCUSSÕES SOBRE A DICOTOMIA HISTÓRICA DO EDUCAR E CUIDAR..... | 19 |
| 5. A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA PERSPECTIVA DO EDUCAR E CUIDAR | 23 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 26 |
| REFERÊNCIAS..... | 28 |

RESUMO

AS IMPLICAÇÕES DA FORMAÇÃO DOCENTE NA DICOTOMIA ENTRE EDUCAR E CUIDAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Este artigo surgiu a partir das discussões acerca da dicotomia entre educar e cuidar na Educação Infantil, desta forma este trabalho apresenta as reflexões relacionadas à dicotomia entre o educar e cuidar com enfoque na Educação Infantil primeira etapa da Educação Básica e suas implicações na formação do professor, por meio de pesquisa bibliográfica. A referida pesquisa tem como objetivo trazer para discussão, através de informações históricas, aspectos relevantes da educação infantil no Brasil e como a mesma foi se consolidando ao longo dos anos até chegar à configuração atual. O presente artigo está organizado em seis tópicos: Introdução; O surgimento do sentimento de infância; A infância no Brasil: algumas concepções; Discussão sobre a dicotomia histórica do educar e cuidar; A formação do Professor na perspectiva do educar e cuidar e Considerações finais. Portanto, a partir desta análise, chegamos a conclusão de que a Educação Infantil tem passado por grandes avanços. Estes revelados por meio de lutas e conquistas, principalmente com respaldo na legislação brasileira. Sendo assim, estas melhorias também se estenderam aos profissionais da referida área, no sentido de sua valorização profissional enquanto função educativa, e de perceber o educar e cuidar da criança de forma indissociada.

Palavras-chave: Educar. Cuidar. Professor. Formação.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema *as implicações da formação docente na dicotomia entre educar e cuidar na educação infantil*, para tanto abordaremos alguns fatores sociais como os aspectos políticos, econômicos e culturais que influenciaram a história da educação infantil, assim como na formação docente.

Nesse sentido, a problemática que norteou esse trabalho envolve as implicações da formação docente para a dicotomia entre *educar e cuidar* na educação infantil. E essa temática vem sendo investigada nos últimos anos, com o objetivo de indagar as influências da formação do profissional dessa área.

Nesse sentido apontamos como possíveis hipóteses problemáticas: se as políticas públicas para formação do professor têm contribuído para a potencialização do *educar e cuidar* como práticas educativas? Ou essa temática tem avançado timidamente, nas políticas públicas destinadas para formação do professor?

Nessa perspectiva, esse trabalho objetiva contribuir para discussão e reflexão das implicações da formação docente na dicotomia entre *educar e cuidar*. Dessa forma, pretendemos demonstrar que as práticas do educar e cuidar são inseparáveis e devem ser exercidas pelo profissional habilitado e com a formação estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/9394/96).

É de grande relevância o estudo dessa temática, não só para professores e estudantes dos cursos de licenciatura, mas para todos que se dedicam em investigar essa área educacional. Logo, com essa pesquisa objetivamos perceber as práticas pedagógicas recorrentes, no que diz respeito ao educar e cuidar na educação infantil.

Para realização dessa investigação utilizamos a metodologia da Pesquisa de caráter bibliográfico, que segundo Lakatos e Marconi (1992, p.44) “A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como primeiro passo de toda pesquisa científica”.

Para isso, nos debruçamos no pensamento dos autores Ariès (1981); Azevedo (2013), Aranha (2006), Figueiredo (2010), Kulmman JR. (2010) além de outros autores e documentos Oficiais como, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (1996), Constituição Federal (1988), Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil - RCNEI (1998), Estatuto da Criança e do adolescente (1990), que nos auxiliaram na construção teórica do texto.

O presente artigo está organizado em seis tópicos: Introdução; O surgimento do sentimento de infância; A infância no Brasil: algumas concepções; Discussão sobre a dicotomia histórica do *educar e cuidar*; A formação do Professor na perspectiva do educar e cuidar e Considerações finais.

Para maior compreensão faremos um breve relato dos processos históricos, tendo início na Europa com enfoque na concepção de infância. Ao longo da história da educação infantil, o profissional deste nível de ensino vem passando por diversos processos formativos na busca eficaz frente às exigências que se esperam do professor para sua atuação em conformidade com o processo educacional.

Verifica-se uma preocupação na dicotomia entre *educar e cuidar* com ênfase na formação profissional que se relaciona no desenvolvimento da criança, para isso entende-se que a formação do professor é fator de grande importância e está em discussão como objeto de estudo na educação infantil.

2. O SURGIMENTO DO SENTIMENTO DE INFÂNCIA

A Europa como pioneira da educação infantil iniciou seu processo educacional nos séculos XV e XVI, em função do processo industrial e de origem religiosa, com atividades voltadas para bons hábitos, regras de moralidade e rendimento de instrução.

Para Ariès (1981) no final do século XVI, e, sobretudo no século XVII, o sentimento de infância pode ser percebido por meio de dois sentimentos comuns nas sociedades europeias, desde o período medieval até o século XX.

O primeiro sentimento da infância-caracterizado pela “paparicação”- surgiu no meio familiar, na companhia das criancinhas pequenas. O segundo sentimento, ao contrário, proveio de uma fonte exterior à família: dos eclesiásticos ou dos homens da lei, raros até o século XVI, e um maior número de moralistas no século XVII, preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes (Ariès, 1981, p.104-105).

O autor acima cita como exemplo, a reação crítica em que algumas pessoas consideravam insuportável a atenção dada para criança, ou seja, um sentimento negativo que surge em reação ao sentimento de infância chamado de “paparicação”. (ARIÈS, 2012, P.101)

Já o século XVIII foi marcado por outras preocupações em relação à criança no meio familiar, o cuidado com a saúde e a proteção física, esses elementos caminhavam juntos com a disciplina e a racionalidade dos costumes passados. “No século XVIII, encontramos na família esses dois elementos antigos associados a um elemento novo: a preocupação com a higiene e a saúde física” (ARIÈS, 2012, P.105).

Neste sentido Azevedo afirma que o século XVIII, também é marcado pelo espaço que a criança assume na família “o início da era moderna marca, assim, um novo lugar para a criança e a família” (AZEVEDO, 2013, p.32).

O que era visto como natural e secularizada a “pobreza” ganha uma visão ainda no século XVIII de responsabilidade da sociedade cabendo à mesma em seu processo de civilização tomar para si e resolver o problema. “A responsabilidade do Estado para com os pobres passou a ser parâmetro utilizado como prova de civilização, o fato natural tornou-se problema social”. (KUHLMANN JR., 2011, p.56).

Se a pobreza era vista como problema social, o Estado como órgão controlador deveria buscar meios para solucionar os problemas de estratificação social que assolavam a população carente europeia, tendo em vista que, em países com grande desenvolvimento econômico e cultural não era aceitável em pleno século XVIII, haver desigualdade social; e a educação fazia parte dessas desigualdades.

Segundo Ariès, no século XVI se concretizava o que já se estruturava no final do século XVI, ou seja, a preocupação em separar os alunos por idade “os mestres se habituaram então a compor suas classes em função da idade dos alunos” (ARIÈS, 2012, P.115). Notamos que esse fato faz parte da evolução da instituição escolar que acompanhava o desenvolvimento na sociedade moderna, nesse período atentava-se por uma educação baseada na idade para formação das classes infantis.

Segundo Oliveira (2011) o cuidado e a educação foram entendidos ao longo da história como tarefa da família, as crianças não eram vistas como sujeitos de direito, mas como seres de divindade que mais tarde se tornarão adultos. Enquanto isso o poder público não tinha nenhuma responsabilidade com a educação das crianças.

A predominância do contexto doméstico na educação da criança pequena nas classes dominantes, e o processo da história da educacional infantil, foram

marcada por situações desfavorecidas, as crianças eram abandonadas nas rodas de cilindros construídas nas igrejas ou hospitais de caridade, desde a Idade Média e Moderna, foram características intensas. (OLIVEIRA, 2011, p. 59).

Por outro lado, a busca da mão de obra feminina no mercado de trabalho contribuiu para significativas mudanças e nas concepções relativas sobre a criança e, por conseguinte, na maneira de pensar sua educação.

Desta forma, as instituições criadas para cuidar das crianças foram motivadas, por esses fatos; muitas mães estavam sendo deslocadas para o trabalho industrial e com isso as ruas estavam sendo ocupadas por crianças pobres, isso fez com que, as instituições assumissem o papel de cuidar e proteger as crianças, tendo em vista que, nem todas eram deixadas sobre a responsabilidade de alguém que pudesse cuidar enquanto a mãe trabalhava.

A busca da mulher pelo mercado de trabalho, associada ao desenvolvimento tecnológico no século XX, contribuíram para mudanças sobre a criança e sua educação. Esses fatos acarretaram a procura de novas formas para cuidar das crianças, favorecendo um novo olhar voltado para as mesmas objetivando uma análise em que as crianças pudessem ser vistas como atores sociais.

O século XX, também foi marcado por novos olhares que despertaram o interesse sobre as concepções de infância, dando condição para novos estudos acerca da infância. Segundo Oliveira, “[...] era dominante essa preocupação de encaminhar as concepções sobre infância a um estudo mais rigoroso, científico e integrado ao exame das condições de vida da criança, [...]” (OLIVEIRA, 2011, p. 77)

Nesse século, ganha destaque as condições de vida que as crianças eram submetidas para desenvolver estudos que favorecessem as metas e desafios em busca de uma educação que promovesse o desenvolvimento da criança pequena. Os aspectos políticos e econômicos foram utilizados como recursos relevantes de estudos para problematizar a educação infantil proporcionando meios de discussão nesse campo educacional.

Assim, na sociedade contemporânea a criança passa ser vista como um ser de direito e que o Estado tem o dever de oferecer uma educação que segundo os avanços educacionais valorizem a criança como um ser em desenvolvimento, em seus diferentes aspectos, intelectuais, afetivos entre outros. Com isso a criança tem a oportunidade de frequentar outros ambientes de convívio social, em que a

socialização passou a fazer parte do seu meio mediante aprendizagem com seus pares.

Portanto o desenvolvimento da história educacional infantil na Europa, permiti-nos ressaltar um cenário político diversificado pela classe social. Desse modo observamos que as crianças passaram por um desenvolvimento educacional que variou de país para país, como também as práticas pedagógicas no processo de desenvolvimento infantil variou de acordo com o poder aquisitivo em que as crianças estavam inseridas.

3. A INFÂNCIA NO BRASIL: ALGUMAS CONCEPÇÕES

Historicamente a educação do Brasil está relacionada com o processo de colonização que passamos, com isso, a educação foi marcada por traços de aculturar e converter os nativos da terra então redescoberta por Portugal, objetivando criar um povo civilizado e religioso aos olhos dos jesuítas como também de outros povos que viessem viver aqui. “[...] sua tarefa educativa era basicamente aculturar e converter “ignorantes” e “ingênuos”, como os nativos, criar uma atmosfera civilizada e religiosa para os degredados e aventureiros que para aqui viessem” (ARANHA, 2006, p. 41).

Diante da afirmação acima é pertinente considerarmos que as ações dos jesuítas não tinham finalidade de educar os nativos ou outros povos e sim instruí-los para servir a colônia como base de sustentação e convertê-los ao catolicismo predominante na colônia.

Podemos perceber que a ação pedagógica jesuítica objetivava treinar os índios para assumir a mão de obra para operar o empreendimento agrícola e artesanal. Contudo a autora faz referência à ação pedagógica que nos dar a compreensão dos conteúdos que faziam parte dos ensinamentos como: a leitura, a escrita e o cálculo de fato cada um desses tinham uma finalidade específica, conforme nos explica Aranha.

A leitura, a escrita e o cálculo eram, de fato, os conteúdos próprios da instrução, que davam a base para a compreensão das Sagradas Escrituras. Ter acesso aos catecismos, livros e cantos religiosos realizar o complicado

cálculo dos dias e das festas religiosas, entender e acompanhar ativamente os ritos [...] (ARANHA, 2006, p. 43).

Percebemos os traços da religiosidade que inicialmente marcou a educação nesse período Colonial, o qual vai refletir posteriormente na educação do nosso País, conseqüentemente na educação infantil. No entanto, Azevedo (2013) nos mostra em sua obra informações que dão conta da concepção de infância no período Colonial.

Segundo Azevedo “A visão de infância no Brasil era a de que esta “precisava ser salva dos maus comportamentos adultos.” Os missionários da Companhia de Jesus, os jesuítas, recém-chegados na Terra de Santa Cruz, no século XVI, [...]” (AZEVEDO, 2013, p. 49). Nesse momento as crianças indígenas deveriam ter sua infância preservada longe do adulto o qual era considerado um mau exemplo para a mesma, que por sua vez passariam por um processo de aculturação e não de educação como consta na trajetória educacional, o cenário político, econômico e cultural que o Brasil foi submetido.

Nesse cenário, a questão da escravatura marcou a história da educação infantil: as crianças cujos os pais eram livres e detinham o poder, dividiam parte do seu tempo com os filhos de escravos que brincavam, sendo que mais tarde essa realidade mudava pela separação que se estabelecia entre ambas. Assim as crianças ricas tinham acesso aos estudos, por outro lado as negras eram submetidas ao aprendizado do cativo.

Como afirma (FIGUEIREDO, 2010, p. 40) “Enquanto os filhos da elite branca portuguesa iniciavam os estudos das letras, a criança sob cativo aprendia a ser escrava por meio do convívio diário com a rotina dos pais e demais trabalhadores da senzala”.

Apesar disso, vale ressaltar que a criança vem ganhando espaço na educação em especial a criança negra, devido às questões Étnicas Raciais que estão sendo abordadas na trajetória educacional infantil no Brasil. Vejamos o seguinte trecho de Figueiredo.

(...) A concentração de pesquisas com preocupação nas relações raciais nas instituições escolares e identidade étnica, procurando avaliar como as crianças negras estão inseridas na escola, na tentativa de compreender como a escola está trabalhando sua prática pedagógica as relações entre crianças negras neste espaço educacional. (FIGUEIREDO, 2010, p. 52)

Endossados pela autora, podemos afirmar a partir da última década os profissionais da educação passaram a se preocupar com as práticas desenvolvidas no âmbito escolar, porém, compreendemos que ainda existe uma luta para se cumprir os direitos e avanços das políticas educacionais que tratam da relação étnica racial, isso porque o país tem uma dívida histórica com os negros e índios como sabemos.

Ainda podemos refletir sobre o fato de não existir propostas pedagógicas no espaço escolar que contemplem essa realidade, por ser desconsiderada na nova área, isso não diminui o valor das conquistas que se têm alcançado para ampliação do tema em discussão.

Porém, compostas por vários aspectos e influências, as instituições pré-escolares creches, escolas maternais e jardins de infância se constituíram aqui no Brasil, de forças recorrentes de diversos setores da sociedade.

De maneira que, os aspectos históricos, econômicos, políticos, o processo de urbanização e a organização do trabalho industrial presente na sociedade brasileira, apresentaram uma forte influência, ou até mesmo, um fator dominante em que a educação emergiu de quem detém o poder aquisitivo. São fatos que marcaram a educação infantil no Brasil, diante dos aspectos citados as classes populares conviviam com o desprezo e o abandono das elites e das políticas públicas.

Em meio ao processo de urbanização e industrialização e com a mão de obra masculina predominante na área rural às fabricas optaram em contratar mulheres para o mercado de trabalho, nessa conjuntura surgem mulheres que se propuseram a cuidar das crianças sem preparo e em condições precárias em troca de dinheiro de acordo com Oliveira.

O problema do cuidar de seus filhos enquanto trabalhava não foi, todavia, considerado pelas indústrias que se estabeleciam, levando as mães operárias a encontrar soluções emergenciais em seu próprio núcleo familiares ou em outras mulheres, que se propunham a cuidar de crianças em troca de dinheiro. (OLIVEIRA, 2010 p. 95)

Compreende-se que essas mulheres que cuidavam das crianças não tinham instrução, eram uma espécie de guardiãs, nesse período a mortalidade infantil era

comum devido às condições precárias em que as crianças eram submetidas a viverem sem higiene e sem maternidade.

Devida a essa necessidade e em meio ao processo de industrialização e urbanização, muitos institutos e iniciativas passaram a si interessar em participar da criação de um sistema de fundação de creches pré-escolas e institutos para dar assistência às crianças abandonadas, pelos seus pais ou responsáveis em busca de trabalho nas indústrias.

Já no final do século XIX no Brasil, inspiradas nas propostas educacionais que se discutiam na Europa, surgiram as primeiras instituições, voltadas ao atendimento das crianças pobres e em seguida os primeiros jardins de infância para as crianças mais ricas.

No Brasil as creches foram fundadas no período em que o país se erguia no processo industrial e eram comparadas com as Casas de Expostos que recebiam crianças abandonadas. Porém eram vistas como modernas e tinham uma proposta para as mães não abandonarem seus filhos como afirma o autor Kuhlmann JR..

A creche, para as crianças de zero a três anos, foi vista como muito mais do que um aperfeiçoamento das Casas dos Expostos, que recebiam as crianças abandonadas; pelo contrário, foi apresentada em substituição ou oposição a estas, para que as mães não abandonassem suas crianças (KUHLMANN JR., 2011p. 78).

Notamos que as creches surgem por uma demanda social “os mais pobres”, dentre as quais destacam a saída da mulher para o trabalho e o grande índice de abandono de crianças na roda dos expostos. Assumiam um papel de alimentar, cuidar, de higienização e do físico das crianças. De acordo com Azevedo autora também ressalta ainda que “As instituições de atendimento infantil foram surgindo na perspectiva de atendimento aos pobres. Tinham caráter de guarda e preocupavam-se apenas com alimentação, a higiene e a segurança física das crianças” (AZEVEDO 2013, p. 58).

No Brasil a década de 1970 foi marcada por uma expansão de creches e pré-escolas, neste período o governo indica meta para o desenvolvimento da criança, momento também de reivindicação para o respeito dos direitos da criança e da família. “O governo federal estabelece, assim, o Programa Nacional de Pré-Escolas, o qual propõe como meta o desenvolvimento harmônico e global das crianças” (AZEVEDO, 2013, p. 64).

Nessa década de 70, a criança é vista como ser de direito e o governo por sua vez toma decisões importantes para o desenvolvimento e o reconhecimento da criança com perspectiva de uma ação que valoriza as necessidades próprias da criança. Outro fato importante é que as instituições nesse período não exigiam elevado nível de escolaridade dos profissionais, ainda persistia a perspectiva do cuidado com as crianças.

Nos anos de 1980 ocorreram mudanças no que concerne ao atendimento à criança, essas mudanças marcaram o início de grandes avanços tanto para o atendimento para criança pequena como para formação do profissional para trabalhar nessa área. Podemos elencar alguns fatos na década de 1980 e 1990:

Constatamos o reconhecimento na Constituição Federal (CF) de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) 1990, O Encontro Técnico de formação do Professor de educação Infantil (1994), LDB (1996), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1998/2009), e os Referenciais para Formação de Professores (1999), além de outros documentos oficiais, estabelecem uma nova fase para educação infantil.

A Constituição Federal de 1988 que integra a educação infantil ao sistema de educação. No art. 208, inciso IV- “educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;” porém mesmo diante desse reconhecimento na carta magna que é considerada como símbolo da democratização, não significa que a educação infantil estava democratizado, ou seja, integrado ao sistema educacional devido as instituições não assumirem seu papel educativo, mas concebemos que é um grande avanço para educação infantil.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) vem assumir um papel fiscalizador contribuindo para elaboração de políticas públicas de valorização a infância. Segundo o referido documento, no art. 54, em seu inciso IV- “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”; ou seja, vem reafirmar o direito das crianças a educação que já é instituído na Constituição Federal de 1988.

Segundo Azevedo, “o ECA influenciou, também, as discussões sobre a nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) que transitava na Câmara Federal naquele momento.” (AZEVEDO, 2013, p. 79). O ECA, também simboliza as conquistas dos direitos da criança que estavam instituído na CF de 1988. Podemos

constatar que antes da Nova Carta Magna de 1988, as crianças no Brasil menores de 7 anos não tinham direito à educação, diante desse novo fato (nesse período) a Educação Infantil passa a ser assegurada como direito da criança, porém opcional para família, e dever do Estado.

Destacamos na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB 9394/96) o Art. 29, o reconhecimento como primeira etapa de educação básica e para o desenvolvimento integral da criança.

Art.29 A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, LDB, 1996, p. 26)

A inserção da educação infantil na educação básica garante a criança de até 6 (seis) anos de idade, o direito de ingressar no sistema educacional e requer do poder público a obrigatoriedade de oferecer, nas instituições públicas vagas, nessa faixa etária. Historicamente foi um grande avanço para educação infantil, dando condição legal para as crianças pobres frequentarem o estabelecimento de educação, saindo da condição que as mesmas eram submetidas ao assistencialismo ao longo da história.

O Encontro Técnico sobre Política de Formação do Professor da educação Infantil (1994), segundo Azevedo, foi um encontro que vários pensadores e educadores participaram “[...] especialistas de renome, professores de sistema de ensino, de agências de formação e de outras organizações que atuam na área e representantes dos Conselhos de Educação de âmbito federal e estadual.” (AZEVEDO, 2013, p. 80).

Esse encontro representou um grande passo para formação dos profissionais da educação infantil, tendo em vista que, esse momento discutia-se sobre as definições de uma política voltada para elaboração da educação infantil com ênfase no currículo da mesma, como afirma Azevedo: “Entre as alternativas pedagógicas discutidas, encontramos a preocupação com o currículo da Educação Infantil e dos cursos de formação de seus professores [...]” (AZEVEDO, 2013, p. 81).

Nessa perspectiva no Encontro Técnico sobre Política de Formação do Professor de educação Infantil, surgem reflexões acerca das temáticas do currículo e da formação dos professores da educação infantil, e o tema “cuidar e educar”

como proposta pedagógica, como ressalta Azevedo: “[...] entre as alternativas pedagógicas foi à questão da necessidade de integrar cuidar-educar, a qual deveria fundamentar a Educação Infantil e a formação de seus professores [...]” (AZEVEDO, 2013, p.82).

Não podemos negar que a educação infantil no Brasil, passou por grandes mudanças que acarretaram em amplos avanços, podemos contar nos documentos oficiais citados os quais asseguram essas mudanças. Porém, ainda vem percorrendo caminhos cheios de lutas, dificuldades e conquistas que precisam sair do papel na busca pela valorização da criança e dos profissionais que atuam nessa área educacional.

4. DISCUSSÕES SOBRE A DICOTOMIA HISTÓRICA DO EDUCAR E CUIDAR

Nesta perspectiva vamos tomar como tema o educar e cuidar, para uma breve reflexão que transita no campo educacional, de modo que a formação docente reflète nessa intervenção educativa. Sendo assim é importante ressaltar que a prática do profissional da Educação Infantil deve estar atrelada ao binômio educar e cuidar.

Essa realidade tem sido confundida como uma prática vista somente como o cuidado à necessidade humana, porém o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI, 1998), afirma que o professor deve proporcionar para as crianças pequenas momentos que contemple o cuidado, este deve estimular atitudes e habilidades para o desenvolvimento da autonomia infantil.

Segundo o (RCNEI, 1998, p. 35) “Em torno dos três anos, caso tenha tido oportunidade de experimentar, a criança já tem condição para alimenta-se sozinha, determinar seu próprio ritmo [...]”. Dessa forma a criança quando incentivada pelo professor a participar das atividades relacionadas à sua própria necessidade, passam ter condições de desenvolver-se de maneira que potencialize suas capacidades com autonomia garantindo novos conhecimentos e valorizando os que já adquiriram.

Nesse sentido, Savio (2014, p.13) vem ressaltar a importância dessas atividades que vão além do cuidado, fazendo uma reflexão da intervenção educativa realizada entre adulto e criança.

Dessa forma, o cuidado como processo educativo torna-se inerente ao professor que por sua vez transforma o cuidado em momentos de aprendizagem e ético, por apresentar-se de maneira inseparável do educador e não é uma rotina que deve ser cumprida e sim uma ação pedagógica.

Essa prática pedagógica permite a criança o seu pleno desenvolvimento, que culminará numa relação essencial e fundamental para seu crescimento emocional, psicológico e social, contemplando assim sua autonomia.

E dessa forma podemos atribuir ao valor da interação com o meio social, a construção da sua própria identidade, se reconhecendo como indivíduo de valor cultural, fomentando uma percepção de autonomia na representatividade de si mesmo, mediante o educar e cuidar. Assim, o educar e cuidar deixam de ser práticas que desqualificam o profissional, porque essa passa a ser prática educativa por está associada à autonomia.

Savio (2014, p. 13) ainda aponta o cuidado com a criança de maneira que o professor deve está atento para a linguagem, fator de relação entre adulto e criança que se estabelece por meio do cuidado. Veja o que a autora diz no seguinte trecho:

Em se tratando de práticas de cuidar, é importante salientar que a criança pequena é um ser predominantemente não verbal, o que equivale a dizer que a criança, muito mais do que um adulto, é o seu corpo: compreende a si mesmo e comunica-se através do corpo (SAVIO, 2014, p. 13).

A maneira como a criança se comunica através do corpo, nos possibilita compreender que o cuidar com o corpo corresponde às experiências que forma a criança que está em fase de desenvolvimento. Neste sentido, o cuidar é uma relação que segundo a autora significa atitudes, emoções, pensamentos relacionados ao corpo da criança, que deve ser valorizado e respeitado diante de sua singularidade própria.

Assim podemos compreender que o “cuidar” tem valor educativo significativo no reconhecimento do corpo da criança que respectivamente pode refletir sobre todo processo de desenvolvimento nos aspectos: cognitivos, sociais e culturais. Esse valor educativo pode promover um entendimento de aprendizagem que possivelmente marcará a criança de forma autônoma na relação social com seus

pares. Dessa forma, esse valor educativo pode contribuir para valorização e desenvolvimento do professor que atua na Educação Infantil.

Nessa perspectiva, o cuidado na educação é parte integrante da formação inicial e continuada do professor, por que não dizer intrínseca e, portanto, de responsabilidade de um profissional preparado para exercer essa função de modo que seu papel não possa ser realizado por qualquer pessoa sem qualificação profissional.

Salientamos para necessidades de políticas educacionais que valorizem o trabalho dos profissionais da educação infantil, com estabilidade salarial, ocupacional e, sobretudo condições dignas para o desenvolvimento das atividades de maneira que possam promover a valorização da criança como também dos professores que atuam nesse segmento da educação.

O cuidar como meio de estimular e valorizar tanto a criança como os profissionais envolvidos, desmistificando esta forma equivocada de que o cuidar pode não está atrelado ao processo de desenvolvimento educativo da criança. Isso nos permite afirmarmos que o cuidar e educar são práticas inseparáveis da educação infantil, por estabelecer uma relação de aprendizagem.

Neste sentido a busca pela compreensão dos aspectos relacionados ao “cuidado e aprendizagem” e necessária para observar e registrar como as crianças vivenciam as experiências que são proporcionadas e às formas de interação que professores e familiares ao cuidar delas ou ao ensiná-las a cuidar de si mesmo e nos momentos lúdicos entre si.

As situações iniciais de aprendizagem das crianças estão relacionadas com os procedimentos aos quais são proporcionadas a elas, sejam no recinto familiar ou nas instituições de educação infantil. Como afirma o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI, 1998).

Na instituição de educação infantil, pode-se oferecer às crianças condições para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e aquelas advindas de situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens orientadas pelos adultos. É importante ressaltar, porém, que essas aprendizagens, de natureza diversa, ocorrem de maneira integrada no processo de desenvolvimento infantil. (BRASIL/RCNEI, 1998, vol.1 p. 24)

No que concerne o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, (1998) as condições para aprendizagens das crianças ocorrem nas situações

adversas, podendo ser de forma intencional com objetivo pedagógico ou, de momentos diversos no cotidiano na convivência com seus pares.

É importante ressaltar que a aprendizagem se dá por meio do *cuidar* de forma que não tem como se separar, faz parte do desenvolvimento humano, das regras sociais, das vivências nas instituições e junto no convívio familiar. As autoras Maranhão e Zurawski defendem que, “As situações de cuidado são ricas em aprendizagem para as crianças, visto que elas não param de sentir, pensar, falar e interagir durante a troca, o banho, a higiene das mãos ou da alimentação” (MARANHÃO e ZURAWSKI, 2014, p. 10).

É importante ficarmos atentos para o fato de esse *cuidar* que resulta na aprendizagem das crianças, é possível devido à interação social. Como prever RCNEI (1998).

Para se desenvolver, portanto, as crianças precisam aprender com os adultos, por meio dos vínculos que estabelece. Se as aprendizagens acontecem na interação com as outras pessoas, sejam adultas ou crianças, [...]. (BRASIL/RCNEI, 1998, vol.2, p. 21)

Podemos afirmar que o pensamento das autoras Maranhão e Zurawski, defende que o adulto/professor deve escutar a criança e cuidar dela como um ato do adulto que depende de sua empatia e autonomia. O RCNEI (1998) corrobora com pensamento das autoras em alguns aspectos, sobretudo no que diz respeito aos procedimentos que o adulto deve ter ao *cuidar* das crianças por essas ações apresentarem significados de aprendizagem.

Dessa forma, o adulto pode oferecer um cuidado pleno, ou, simplesmente cumprir o *cuidar* como uma simples função, que lhe é dado para executar seu trabalho, sem refletir sobre como a criança aprende e constrói conhecimentos que podem ser compartilhado com seus pares e com o próprio profissional ou adulto que esteja envolvido nessa ação.

Historicamente, o Profissional da Educação Infantil vem desenvolvendo um trabalho influenciado pelo sistema assistencial que inicialmente se difundiu no Brasil, por não reconhecer o “cuidar” associado à proposta “educativa”, porém, com as transformações e avanços que a sociedade vivenciou ao longo da história culminou no perfil e no reconhecimento do trabalho do profissional que atua nesta área educacional como educador formador.

Ao tratarmos do Profissional da Educação Infantil, no contexto desse trabalho o mesmo está relacionado à formação imprópria para sua atuação, ou até mesmo, notamos que sem formação especializada para formação do quadro da educação infantil como aponta Azevedo “Ressalta-se, assim, a inexistência de quadros próprios de professores para atuar na Educação Infantil com formação voltada para suas especificidades” (AZEVEDO, 2013, p. 106).

Essa deficiência na qualificação ou na formação do Professor da Educação Infantil pode ficar entendida, que qualquer profissional ou pessoa sem qualificação ou formação pode atuar, porém diante da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/9394/96), para atuar como professor na educação infantil deve ter formação adequada, em nível superior ou na modalidade normal.

Compreender que a Educação Infantil deve contemplar uma formação voltada para especificidade da criança como aponta Azevedo (2013) é debruçar-se sobre uma formação para o *cuidar e educar* como práticas inseparáveis, resignificando o *cuidado* como forma de proteção para uma prática associada a educação da criança.

Portanto temos que ficar atentos para a importância que podemos dar para o *cuidar* educativo, com meio de estimular a valorização tanto da criança como dos profissionais envolvidos, desmistificando esta forma equivocada de que pensam o *cuidar* pode não está associado ao processo de desenvolvimento educativo da criança.

5. A formação do professor na perspectiva do educar e cuidar

Para nos aprofundarmos nessa discussão, esta parte do trabalho pretende discutir a formação de professores da educação infantil, tendo como ponto de partida, fatos históricos relacionados à Educação Infantil, a qual é reconhecida com primeira etapa da educação básica. Inicialmente vamos nos aproximar do dispositivo legal que reconheceu a educação infantil como primeira etapa da educação básica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9394/96).

Com base nesse reconhecimento podemos compreender que a necessidade de formação para trabalhar na área é um fator indiscutível, pois no mesmo documento oficial apresenta no art. 62 orientação mínima para formação dos docentes para atuarem nessa respectiva etapa da educação.

Art.62. A formação de docentes par atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, oferecida em nível médio na modalidade normal (BRASIL/LDB, 1996, p. 64).

Mesmo diante do reconhecimento na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9394/96) no referido artigo, uma Lei reconhecendo a educação infantil como primeira etapa da educação básica e o artigo apresentando orientação para formação dos docentes, percebemos que ainda falta orientação específica para o profissional que trabalha com crianças. Como afirma Micarello.

Percebe-se que a ausência de referências mais precisa à formação dos profissionais pode ser compreendida como uma consequência da identificação do que seriam as especificidades do trabalho com a criança pequena e dos saberes que devem fundamentar esse trabalho, [...].(MICARELLO, 2011, p. 214).

Buscando compreender o pensamento da autora, percebemos que a educação infantil tem passado por uma trajetória, que dificulta as atribuições dos profissionais para se identificarem em suas funções, objetivando desenvolver e fundamentarem o trabalho a ser direcionado considerando a realidade da educação brasileira, no tocante ao atendimento à criança.

Atualmente defende-se a ideia da formação dos profissionais da educação infantil como um processo criativo que busca valorizar a comunicação entre adulto e criança direcionando os procedimentos pedagógicos dependendo dos envolvidos, ou seja, entre a criança/adulto.

Segundo Nornberg, “A docência na educação infantil coloca-nos diante da tarefa de recriar e reconduzir processos pedagógicos que valorizem a comunicação primária entre criança e adulto” (NORNBERG, 2014, p. 22).

Nesse sentido, o processo que envolve a formação do professor da educação infantil, permitir-nos refletir acerca da comunicação inicial entre a criança e o adulto como um fator primordial para recriar e reconduzir o fazer pedagógico, com isso objetiva-se, valorizar a comunicação nessa fase inicial do ensino e aprendizagem dos envolvidos e o *cuidar* é umas das formas de comunicação.

Atentar para uma resignificação do processo que aponta para novos caminhos na formação dos profissionais, é um meio de refletir sobre prática docente.

O professor vai se apropriando e se profissionalizando mediante a prática para reconstrução do saber pedagógico próprio do profissional que, em contato com a criança, vai colocar em prática a teoria estudada na formação, e o cuidado é um meio de construção participativa entre criança/adulto.

Como já citamos anteriormente a Lei 9394/96, determina que a formação do professor da educação infantil deve ser na modalidade normal ou em nível superior. Assim, as políticas públicas destinadas para formação docente devem considerar também, a prática do saber pedagógico desse profissional, garantindo assim, a efetivação do projeto da educação nacional, de modo que esse nível educacional possa superar a dicotomia do *educar e cuidar* vivenciada ao longo da história dessa fase de tenra idade.

Para isso é necessário que as políticas públicas destinadas para formação docente considere o conhecimento, a igualdade, equidade, a diversidade étnico racial e cultural que permeia essas instituições educativas, assim como, também, nos cursos de formação inicial e continuada.

Assim, as políticas públicas para formação dos professores devem cumprir o que está na legislação e os conceitos que norteiam a educação nacional, em especial a educação infantil. De modo que, a prática pedagógica necessita ser compreendida como um processo coletivo de participação contínua e democrática entre os atores sociais.

Nessa perspectiva o profissional deve ficar atento e buscar novas experiências, abrir caminho para novos conhecimentos em diversas situações para si e para a criança, favorecendo a construção do conhecimento.

Atualmente, as políticas nacionais para educação são voltadas para participação democrática, o professor da educação infantil deve ficar atento para o “cuidar” desenvolvendo a sensibilidade no espaço coletivo objetivando a interação com base na escuta de si e do outro. Esse espaço é propício para perceber os movimentos que podem colaborar para aprendizagem, tanto da criança com outra criança, como do profissional.

Dessa forma, as situações que fazem parte da formação docente podem ser reconhecidas como potencialidades a ser desenvolvidas em diferentes momentos, proporcionando aprendizagem e sociabilidade que fazem parte do convívio entre criança e professor, contribuindo para um exercício de transformação social.

Nesse sentido, as políticas públicas para formação do professor da educação infantil devem considerar o aprender como uma troca de experiência, tanto para a criança como para o professor, que foca sua atenção para o cotidiano como momento de ensino e aprendizagem numa perspectiva de reflexão para formação continuada.

De modo que essas experiências múltiplas, possam contribuir para uma reflexão próxima entre teoria e prática pedagógica na formação dos docentes. Um momento de interação de saberes que objetiva uma formação centrada na criança diante da realidade que cerca e na profissionalização dos que atuam na área, tendo a formação inicial como ponto de partida na formação dos professores da educação infantil.

Portanto o *educar e cuidar* devem ser práticas presentes no cotidiano dos profissionais da educação infantil. Estas podem ser trabalhadas de forma a contemplar as ações desenvolvidas de maneira integral, e respeitar o direito da criança e o dever do professor na prática docente.

Portanto, essas políticas para formação docente devem fortalecer a articulação entre educar e cuidar de forma que contribua para a constante transformação, já que a ação pedagógica é dinâmica, e a cada instante está se reinventando e se recriando diante da prática, conforme a necessidade de formação inicial e continuada.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Infantil e a formação dos profissionais dessa área percorreram diversos caminhos, pois são atribuídas diferentes funções aos profissionais devido ao assistencialismo que foi muito presente na educação das crianças. Reintegramos à nossa discussão que o cuidado não tira o valor da dimensão intelectual do professor, que busca uma constante transformação na profissão, priorizando a formação integral da criança como sujeito de direito, em que o cuidado faz parte da atuação do professor.

Contudo, a formação dos docentes pode ser transformada na medida em que os mesmos demonstram interesse na busca da interação com seus pares e com as crianças, contribuindo para expandir a capacidade de se recriar e se reinventar de forma concreta no processo da educação e do *cuidado*.

No que concerne à história da Educação Infantil, notamos que as conquistas são recentes, e que a formação do professor tem contribuído para discussão e ação da dicotomia do *educar e do cuidar*. Diante dessas conquistas, legais e conceituais, o cuidado com a criança requer um profissional bem preparado, distanciando, desse modo, a possibilidade de qualquer pessoa “cuidar” da criança de forma mecânica e desprovida da ação pedagógica.

A formação do professor tem um papel importante para se consolidar o educar e cuidar como práticas inseparáveis da ação pedagógica, necessária para uma educação de qualidade. A valorização desse método consolida o desenvolvimento dos principais atores da educação infantil, que contribuirá para novos horizontes diante da sociedade, potencializando o direito constitucional da criança, respeitando o *educar e cuidar* de forma integral.

Para tanto, o tema *educar e cuidar* e formação dos professores foram tratados nesse trabalho com objetivo de buscar potencializar esse profissional para a *não* reprodução da prática do cuidado dissociado da ação educativa, comprometendo a ação docente, limitando-os a condição de cuidadores.

Contudo, o dilema *educar e cuidar* na formação dos profissionais da educação infantil é uma temática que não esgota, pelo contrário, esse trabalho busca novas discussões, que visam estimular a importância discutirmos a dicotomia do *educar e cuidar* na formação do professor fundamental para o desenvolvimento da criança e dos profissionais.

Diante dos processos históricos em que emergiu a educação infantil, tanto na Europa como no Brasil, podemos constatar, com as pesquisas, que a educação infantil se consolidou nesses países, dentro de uma perspectiva religiosa, e aspectos econômicos e políticos que influenciaram as transformações que ocorreram ao longo dos anos.

Portanto, a dicotomia do *educar e cuidar* foram tratados por muito tempo como prática de estratificação social, por se apresentarem de um lado, o *educar* para as crianças ricas, e *cuidar* como forma de proteção para as crianças pobres.

Porém as pesquisas revelam que o desenvolvimento educacional vem abordando a educação infantil e a temática do *educar e cuidar* como uma prática indissociável, que deve ser exercida por um profissional com formação adequada. Utilizando assim, seus conhecimentos pedagógicos para transformação dessa dicotomia, mostrando que o *educar e cuidar* podem e devem ser uma prática

inseparável, tendo uma função educativa por favorecer a autonomia das crianças, e a valorização do saber pedagógico próprio do professor.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- AZEVEDO, Heloisa Helena Oliveira de. **Educação infantil e formação de professores: para além da separação cuidar-educar**. 1. ed.- São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil (CF-1988)**. Edição do Senado Federal. Brasília, 2012.
- _____, Secretária Especial dos Direitos Humanos. Lei nº 8.065 de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente**, e da outras providências. Paraíba: CEDCA-PB/SEDH, Setembro de 2009.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições técnicas, 2002.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 2. v. 1998.
- ELOISA, A. C. Rocha; Kramer, Sonia. **Educação infantil: enfoques em diálogo**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2011.
- FIGUEREDO, Luciana Araújo. **A criança negra na literatura brasileira: uma leitura educativa**. Dourados, MS. UFGD, 2010.
- KUHLMANN JR., Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- MARANHÃO, Damaris Gomes; ZURAWSKI, Maria Paula Vignola. **Cuidado e aprendizagem na educação infantil**. **Cuidar e Educar**, Brasília, n. 41, p.8-11, out/2014.
- NORNBERG, Marta. **O cuidado na formação de professores**. **Cuidar e Educar**, Brasília, n.41, p.20-23, out/2014.
- SAVIO, Donatella. **Cuidar e educar**. **Cuidar e Educar**, Brasília, n.41, p.12-15, out/2014.
- LAKATOS, Maria Eva; MARCONI, Maria Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Revista e Ampliada Atlas, 1992.